

Os dinossauros vão desaparecer? Manzur e as perspectivas das lutas feministas

Via [Marabunta](#)

A nomeação de Juan Manzur como novo chefe do gabinete de ministros na Argentina nos obriga a refletir sobre as conquistas do movimento feminista, seu alcance e seus desafios.

Até alguns dias atrás, o governador de Tucumán era um reconhecido opositor da Lei de Aborto Legal, participou de eventos organizados por setores contrários à lei, mas também é o promotor da aprovação em sua província, em 2018, de uma lei antidireitos chamada lei “pró-vida”, como é conhecida pelos setores civis e eclesiásticos que se opõem ao direito das mulheres e das mulheres grávidas de decidir sobre seu próprio corpo. Esta posição marcou a validação tendenciosa da violência exercida contra as mulheres na política de saúde sobre direitos sexuais e reprodutivos na província, gerando gigantescos obstáculos ao acesso à interrupção legal da gravidez. O caso mais importante foi a prevenção de um aborto legal para uma menina de 11 anos, vítima de estupro, que foi forçada a continuar sua gravidez, com a tortura e os danos físicos e subjetivos que esta ação do judiciário e do sistema de saúde pública implica. Além disso, uma mulher que havia sofrido um aborto espontâneo foi mantida na prisão por 3 anos.

Manzur torna-se chefe de gabinete depois que o arcebispo da cidade de La Plata, de confiança do Papa Francisco, criticou o governo nacional por desviar-se das “prioridades das favelas” por promover o debate sobre a linguagem não binária, por

promover o aborto legal, como se o abuso, a violência, a opressão sofrida por mulheres e dissidentes não fossem uma prioridade e não tivessem um vínculo orgânico com a desigualdade de classe e a pobreza.

Além de Manzur, Anibal Fernández foi nomeado Ministro da Segurança, conhecido por sua responsabilidade política no massacre de Avellaneda, no qual os militantes Maximiliano Kosteki e Darío Santillán foram assassinados pelas forças repressivas. Outra novidade foi Julián Domínguez, como Ministro da Agricultura, um dos principais atores para melhorar os laços com os setores do agronegócio que têm pressionado para um aprofundamento do modelo extrativista.

A composição do novo gabinete é um sinal para os setores do poder, para a igreja, para as forças repressivas, para os setores do agronegócio e, em suma, um gesto também para a embaixada dos EUA e para o FMI. Depois que a Vice-Presidente Cristina Fernández reconheceu que estava sendo aplicada uma política de ajuste fiscal, Martín Guzmán, Ministro da Economia e principal responsável por esta política, permanece em seu cargo e paga ao FMI 1,9 bilhões da dívida contraída. Trata-se de um gabinete de governabilidade, de ordem, que cerra fileiras com os principais responsáveis pela crise que a maioria dos trabalhadores tem vivido e que nós mulheres estamos apoiando de forma desigual.

Por outro lado, a nomeação de Manzur gerou uma forte rejeição das diferentes expressões do feminismo argentino. O coletivo Actrices Argentinas iniciou uma campanha pedindo a demissão de Manzur e apontando sua responsabilidade em garantir impunidade nos casos de violência sexual, devido a sua recusa em cumprir com a legislação vigente sobre direitos sexuais. A Campanha Nacional contra a Violência contra a Mulher também expressou sua opinião com o slogan #ManzurNo. Diferentes regiões da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto expressaram seu repúdio à nomeação, considerando-a um “passo atrás nos direitos conquistados nas ruas”.

Todos esses sinais de indignação geraram ao mesmo tempo um debate com outros setores oficiais do feminismo que afirmam que a lei foi vencida e que a nomeação do chefe de gabinete não pode revertê-la, ou que as exigências dos coletivos feministas são feitas a partir de um feminismo “porteño-cêntrico” muito distante da realidade das províncias. Assim que a nomeação ficou conhecida, a Ministra da Mulher, Gênero e Diversidade da Nação expressou seu apoio ao governo nacional, afirmando que eles continuarão a trabalhar para elaborar políticas que favoreçam os direitos das mulheres e o coletivo LGBTIQ+. A ministra não vê incompatibilidade entre a nomeação de Manzur e a priorização de uma linha de gênero e diversidade. É necessário fazer uma pausa e pensar sobre o significado dessas declarações em termos de compatibilidade entre um gabinete completamente masculinizado, habitado por um homem que tolera o estupro e a violência e se orgulha de ser anti-direitos, por um lado, e a própria perspectiva de defender os direitos das mulheres e dos dissidentes, por outro.

Em princípio, este apelo à coexistência de ambas as perspectivas se baseia na fragmentação absoluta da perspectiva de gênero com respeito a um projeto político abrangente. Pensa-se que a igualdade de direitos para mulheres e dissidentes pode ser limitada a algumas medidas isoladas, um capítulo da ação governamental. Isto nos leva a considerar que não basta oferecer cursos de treinamento em perspectiva de gênero para funcionários públicos enquanto aqueles que dirigem um gabinete são militantes contra esta perspectiva, que não basta gerar políticas para o cuidado das mulheres que sofrem violência se for mantida uma perspectiva patriarcal de justiça e se forem mantidas redes de cumplicidade entre os violentos, os governos, a justiça e a polícia.

Por outro lado, as lutas travadas pelo feminismo não são lutas setoriais, são lutas que destacam a articulação sistêmica desta fase neoliberal do capitalismo com a opressão e a

exploração de mulheres e dissidentes. O acordo com o FMI implica condicionalidades e reformas estruturais (trabalho, seguridade social, saúde e educação) que aprofundarão a sobrecarga das mulheres nas tarefas de reprodução e a superexploração do mundo do trabalho. Não há políticas nacionais de cuidado com 50% das pessoas abaixo da linha de pobreza, saúde e educação subfinanciadas e sustentadas por trabalho precário, um crescente déficit habitacional e repressão como resposta à luta pela terra para viver. A violência contra mulheres e dissidentes é múltipla, sistêmica e não pode ser reduzida a respostas escassas e insuficientes à violência sofrida na família.

Não há dúvida de que a Lei 27.610 sobre o aborto é uma conquista dos anos de luta do movimento feminista. Entretanto, no debate de 2020, alguns setores feministas ligados ao partido no poder relutaram em sustentar a mobilização e a presença nas ruas para pressionar por sua aprovação, argumentando que bastava esperar, já que a decisão política do governo havia sido tomada. Após anos de presença em mobilizações que ocupavam espaço público, desafiando irreverentemente o institucionalismo, uma certa canalização da demanda através de canais parlamentares ou governamentais começou a tomar forma. Isto gerou tensões dentro dos espaços organizacionais gerados em conjunto que o movimento pelo direito ao aborto havia criado para si mesmo.

Explorar estas tensões, mergulhando nos debates sobre estratégias de luta contra o patriarcado deveria nos ajudar a evitar sermos absorvidos pela estrutura institucional existente, para ir além dela, para transformá-la profundamente. Neste sentido, desde o dia seguinte à sua aprovação, os setores em luta, os coletivos, as redes, as campanhas continuam a se organizar para sua implementação, para garantir o acesso, para enfrentar as ofensivas dos setores conservadores e antidireitos. Muitas companheiras argumentaram que um oficial não pode ir contra uma lei que foi

ganha, e isso pode ser verdade, mas também é verdade que as formas de negar direitos são múltiplas e as batalhas para garantir esses direitos são permanentes. Nos primeiros dias de setembro, uma médica foi presa por atuar dentro da lei na província de Salta, e isto é apenas uma amostra dos múltiplos obstáculos e reações que enfrentamos diariamente.

Neste contexto, a questão é sobre os limites das disputas dentro da estrutura institucional existente. A questão do caráter patriarcal do Estado não pode ser respondida apenas com a necessidade de mais políticas públicas de gênero; ela também deve olhar para as ligações entre sua própria forma organizacional, sua forma burocrática, seu caráter de classe e a necessidade de perpetuar a opressão de mulheres e dissidentes. É por isso que a partir do feminismo (ou de alguns feminismos) propomos a ligação entre a opressão das mulheres e a política de endividamento promovida pelo FMI e pelo Banco Mundial como forma de disciplinar os povos, entre as políticas extrativistas e a pilhagem de nossos bens comuns e a subjugação exercida contra as práticas comunitárias e coletivas, entre as necessidades de ajuste fiscal e a sobrecarga de mulheres que sustentam as tarefas de cuidado com seus corpos.

Este caráter patriarcal não é patrimônio de apenas um poder do Estado; nós o vimos em vigor na esfera legislativa durante o debate no Congresso sobre a legalização do aborto. Mas o Judiciário também está atormentado com exemplos da reprodução desta lógica de opressão patriarcal na impunidade dos femicídios, na falta de proteção para as pessoas que sofrem violência e nos obstáculos burocráticos para apresentar queixas e ter acesso a medidas de proteção. Isto também é evidente na lógica individual e fragmentada com que intervém, e no olhar responsável sobre as próprias vítimas, que têm que “provar” seu sofrimento.

Os avanços das gigantescas mobilizações do movimento e da dissidência feminina conseguiram permear todo o tecido social,

instituições, organizações políticas, locais de trabalho, vínculos dentro das famílias, e até mesmo expressões culturais. Mas o patriarcado ainda está em vigor, não conseguimos reverter seu funcionamento sistêmico e o desafio ainda é revolucionar tudo. Enquanto consolidamos as conquistas, não podemos ter uma visão ingênua do confronto, não podemos dar vantagem, nem ser tolerantes com os opressores; eles não estão resignados a perder os privilégios de uso e decisão sobre nossos corpos e nossas vidas. Os dinossauros ainda não desapareceram, eles ainda estão agachados.

Jorgelina Matusevicius é trabalhadora social em saúde e professora da Universidade de Buenos Aires, é delegada da Associação de Professores da Universidade de Buenos Aires e membro da Corrente Social e Política Marabunta. É parte de equipes de treinamento e educação popular em organizações populares na Argentina.

Nas lutas pelo aborto legal, aqueles que rejeitaram a lei foram chamados de dinossauros, negando às mulheres e pessoas grávidas esse direito. Este texto é uma alegoria da canção “Los dinosaurios” do compositor argentino Charly García, na qual ele previu que eles iriam desaparecer, bem como uma forma de avisar que eles ainda estão entre nós.

Foto de **Fátima Chaves**, professora e comunicadora social argentina. Estudante e ativista cultural na organização social e política Marabunta.